

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

Escola Técnica de Saúde

Av. Prof. José Inácio de Souza, s/nº, Bloco 4K, 5º piso - Bairro Umuarama, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
Telefone: (34) 3225-8495 (Direção) e 3225-8496 (Secretarias) - www.estes.ufu.br: estes@ufu.br (Direção) e
sec.estes@ufu.br (Secretarias de Cursos)

**PLANO DE ENSINO****1. IDENTIFICAÇÃO**

Componente Curricular:	ESTES21225 - Enfermagem na Saúde do Adulto I						
Unidade Ofertante:	Escola Técnica de Saúde, Curso Técnico em Enfermagem						
Código:	ESTES21225	Período/Série:		2º	Turma:	2P	
Teórica:	Carga Horária:				Natureza:		
	45h - 5 4h/a	Prática:	0	Total:	45h - 5 4h/a	Obrigatória: (X)	Optativa: ()
Professor(A):	Profª e Enfª Noemi Borges Costa				Ano/Semestre:	2026.2	
Observações:	Aulas Presenciais						

2. EMENTA

Fundamentos da saúde do adulto (homem e mulher) e a atuação do técnico em enfermagem no cuidado a esse grupo populacional. Abordagem de contextos clínicos e assistenciais.

3. JUSTIFICATIVA

Este componente curricular integra a formação do Técnico em Enfermagem, fornecendo conhecimentos necessários para uma atuação qualificada na assistência à população adulta, com base nas diretrizes das políticas públicas de saúde do homem e da mulher estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

4. OBJETIVO**Objetivo Geral:**

Preparar os estudantes do curso técnico em enfermagem para atuarem com competência no cuidado ao adulto (homem e mulher), mediante o domínio das políticas nacionais de saúde direcionadas a esse público, conforme orienta o Ministério da Saúde.

Objetivos Específicos:

- Analisar o perfil demográfico e epidemiológico da população brasileira e mineira para compreender seu impacto na formulação e priorização das políticas de saúde para o adulto.
- Aplicar os princípios e diretrizes da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem no planejamento e na execução do cuidado de enfermagem.
- Identificar os direitos trabalhistas relacionados à maternidade e à amamentação (licença-maternidade e auxílio-maternidade), orientando os usuários sobre o acesso a esses benefícios.
- Aplicar os conceitos de vigilância epidemiológica no monitoramento, prevenção e controle de doenças transmissíveis de relevância para a saúde do adulto, com foco em Dengue, Hanseníase, Tuberculose e HIV/Aids.
- Executar os cuidados de enfermagem específicos para pacientes com doenças transmissíveis, incluindo medidas de prevenção, controle de infecção e apoio psicossocial ao paciente, familiares e comunidade.
- Atuar na prevenção e no aconselhamento sobre Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), alinhando a prática às diretrizes nacionais e promovendo a saúde sexual.
- Realizar procedimentos técnicos de enfermagem na saúde da mulher, como a instalação de dispositivo vaginal, a coleta de material para citopatológico e o exame clínico das mamas, seguindo protocolos de segurança e acolhimento.
- Identificar os sinais e adaptações fisiológicas da gestação e prestar assistência de enfermagem qualificada durante o pré-natal, abordando as queixas comuns, o esquema vacinal e as recomendações para um acompanhamento adequado.
- Assistir a mulher nas fases do trabalho de parto, parto e pós-parto, fundamentado nas diretrizes de humanização do parto e nas boas práticas de assistência ao nascimento e ao recém-nascido.
- Planejar e executar os cuidados de enfermagem no sistema de alojamento conjunto, promovendo o vínculo familiar e apoiando a transição para a maternidade/paternidade.
- Reconhecer e assistir as complicações mais frequentes na gestação e no puerpério, bem como prestar cuidados humanizados em situações de abortamento.
- Promover, proteger e apoiar o aleitamento materno, atuando de acordo com as políticas de incentivo e as proteções legais no ambiente de trabalho.
- Orientar indivíduos e casais sobre Planejamento Familiar, utilizando métodos contraceptivos de acordo com as preferências do usuário e as diretrizes do Ministério da Saúde, respeitando os aspectos culturais e sociais.

5. PROGRAMA

- Perfil demográfico e epidemiológico da população brasileira e mineira;
- Políticas e programas de saúde para o público adulto (Política Nacional de Atenção à Saúde do Homem e Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher);
- Conceitos introdutórios sobre doenças transmissíveis: definições, categorias, mecanismos de infecção, medidas de prevenção e sistemas de vigilância;
- Vigilância epidemiológica e cuidados de enfermagem a pacientes com doenças transmissíveis, familiares e comunidade, com foco em: Dengue, Hanseníase, Tuberculose, HIV/Aids;
- Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs);
- Orientação sobre Planejamento Familiar;
- Procedimentos de enfermagem: Instalação de dispositivo vaginal, coleta de material para citopatológico, exame clínico das mamas;
- Humanização do parto e boas práticas na assistência ao nascimento;
- Gestação: identificação, alterações fisiológicas e adaptações maternas;
- Assistência pré-natal: finalidades, recomendações, número de consultas, técnicas, esquema vacinal e abordagem das queixas mais comuns na gravidez;
- Fases do trabalho de parto; Cuidados no pós-parto;
- Abortamento: aspectos assistenciais;
- Complicações mais frequentes na gestação e no puerpério;
- Sistema de alojamento conjunto;

- Direitos trabalhistas: licença-maternidade e auxílio-maternidade;
- Aleitamento materno e proteção legal no ambiente de trabalho.

6. METODOLOGIA

6.1. A disciplina de Enfermagem em saúde do Adulto I será ministrada em modalidade presencial, empregando metodologias diversificadas para fomentar e estimular o pensamento crítico e clínico dos discentes, orientado para as práticas de enfermagem em pediatria. Serão adotadas as Metodologias Ativas de Ensino-Aprendizagem, complementadas por aulas expositivo-dialógicas com utilização de materiais, recursos pedagógicos e equipamentos pertinentes à assistência à saúde do Adulto. Adicionalmente, serão utilizados recursos tecnológicos. A avaliação da aprendizagem, compreendida como um processo contínuo e instrumento de mensuração do rendimento acadêmico, consistirá na aplicação de atividades semanais (prévias e pós-aula), tarefas realizadas em grupo e em sala de aula, avaliações teóricas formais e apresentações orais.

6.2. **Recursos Necessários:** Os discentes deverão dispor dos seguintes recursos: computador com acesso à internet; endereço de correio eletrônico (e-mail); software editor de texto; programa visualizador de arquivos no formato PDF; e materiais para anotações.

Cronograma

PLANEJAMENTO DE ATIVIDADES PRESENCIAIS			
HORÁRIO: 16:00h às 18:30h Quartas-feiras) - 3 horas/aula			
SALA: 244 - Bloco 4k			
Semana Data		Conteúdos e Atividades	Professora
Módulo I: Bases da Saúde do Adulto e Saúde Reprodutiva Nesta fase inicial, focamos na organização da disciplina e no planejamento da vida reprodutiva, alinhado às diretrizes de promoção da saúde			
1	02/09/2	Acolhimento e Introdução à Disciplina - Apresentação do plano de ensino, metodologias ativas e critérios avaliativos	Profa. Noemi
2	09/09/2	Planejamento Familiar e Políticas de Saúde - Orientação sobre métodos contraceptivos, direitos reprodutivos e introdução às Políticas Nacionais de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) e da Mulher (PNAISM)	Profa. Noemi
3	16/09/2	Gestação: O Início do Cuidado (Parte 1) - Diagnóstico de gravidez, modificações fisiológicas e adaptações do organismo materno	Profa. Noemi
4	23/09/2	Gestação: Adaptações e Vivências (Parte 2) - Continuidade do estudo das alterações gestacionais e suporte psicossocial	Profa. Noemi
5	30/09/2	1ª Avaliação Teórica (30 pontos) - Abrangendo os conteúdos iniciais	
Módulo II: O Processo de Parto e o Cuidado Pré-Natal Aqui, mergulhamos na assistência direta e na vigilância em saúde, fundamentais para a redução de riscos			
6	07/10/2	Assistência Pré-Natal de Qualidade - Objetivos, consultas, recomendações do programa, procedimentos técnicos, imunização e manejo das queixas mais comuns. Atividade 1: Folder Informativo - Pré-Natal (10 pontos/dupla)	Profa. Noemi
7	14/10/2	Condução do Trabalho de Parto - Fases do parto e o papel do técnico de enfermagem no suporte à parturiente. Atividade 2: Estudo Dirigido - Trabalho de parto/ gravidez ectópica (10 pontos/individual)	Profa. Noemi
8	21/10/2	Trabalho de Parto e Intercorrências - Foco em condução do parto e identificação de Gravidez Ectópica	Profa. Noemi
9	04/11/2	Promoção do Aleitamento e Direitos Legais - Técnicas de amamentação e orientações sobre Licença-Maternidade e Auxílio-Maternidade Atividade 3: Mapa mental - Amamentação (10 pontos/individual)	Profa. Noemi
Módulo III: Saúde Integral da Mulher e Humanização Finalizamos com os procedimentos técnicos e a promoção da saúde em contextos específicos			
10	11/11/2	Entrega de Atividades Avaliativas (Total: valor 30 pontos): Humanização e Pós-Parto - Boas práticas na assistência ao nascimento, p do parto e cuidados no Alojamento Conjunto Atividade 4: Resenha do Filme (10,0 pontos) (Nascer: Parto Humanizado no Brasil.) https://bombozila.com/video/nascer	Profa. Noemi
11	18/11/2	Procedimentos Técnicos em Ginecologia - Prática de instalação vaginal e técnicas de coleta para exame citopatológico (Papanicolau)	Profa. Noemi

12	25/11/2	Prevenção do Câncer e Exame Físico - Foco em Câncer de Mama e de Colo do Útero, incluindo a técnica do exame clínico das mamas	Profa. Noemi
13	02/12/2	2ª Avaliação. Valor 30 pontos. Entrega das atividades 4: Valor 10 pontos:	Profa. Noemi
14	09/12/2	Vista de avaliação. Resultados. Encerramento. Atividade de Recuperação (100 pontos).	Profa. Noemi
Recuperação		<i>Conforme Decisão Administrativa COENF 01/2024, será garantida a realização de uma atividade avaliativa de recuperação ao estudante que não obtiver o rendimento mínimo para aprovação (>60,0 pontos) e que apresentar frequência mínima de 75% na disciplina e terá como resultado para registro a nota máxima 60,0 pontos, e aquele que for considerado reprovado terá como registro o maior resultado apurado entre o resultado obtido ao longo do semestre e o da avaliação de recuperação. Esta atividade ocorrerá ao final do semestre.</i>	

7. AVALIAÇÃO

7.1. Para ser Aprovado:

É preciso comparecer a, pelo menos, 75% das aulas e tirar nota final de 60 pontos ou mais.

1) Critérios de Avaliação da disciplina:

Avaliação (60,0 pontos):

- 1ª Avaliação. Valor 30 pontos.
- 2ª Avaliação. Valor 30 pontos.

Atividades Extras

(40,0 pontos):

- Atividade 1: Folder Informativo – Pré-Natal (10,0 pontos/dupla)
- Atividade 2: Estudo Dirigido – Trabalho de parto/ gravidez ectópica (10,0 pontos/individual)
- Atividade 3: Mapa mental – Amamentação (10,0 pontos/individual)
- Atividades 4: Valor 10,0 pontos: Resenha do Filme (10,0 pontos) (Nascer: Parto Humanizado no Brasil.)

Prova de Recuperação:

O aluno que tiver presença de 75% ou mais, mas não atingir a nota para passar, poderá fazer uma prova de recuperação no fim do semestre. A prova vale 100 pontos e cobre toda a matéria. Para ser aprovado, é preciso tirar 60 pontos ou mais nessa prova.

Critério de Recuperação da disciplina:

- Avaliação de Recuperação (100 pontos)

7.2. DIRETRIZES PARA O USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PELO ESTUDANTE

O uso de ferramentas de Inteligência Artificial (IA) é permitido como recurso de apoio ao processo de aprendizagem, desde que utilizado de forma ética, responsável, crítica e transparente. A IA deve atuar como ferramenta complementar ao estudo, não substituindo o processo de aprendizagem, o raciocínio, a autoria e a responsabilidade do estudante.

O estudante poderá utilizar ferramentas de IA, por exemplo, para:

- revisar e aprimorar a redação de textos de sua autoria;
- esclarecer conceitos e termos técnicos;
- auxiliar na organização das ideias e dos conteúdos estudados;
- elaborar perguntas para revisão e aprofundamento dos conhecimentos;
- apoiar a compreensão inicial de conteúdos, que deverão posteriormente ser conferidos em fontes científicas confiáveis.

Atenção à verificação das informações

As ferramentas de IA podem produzir informações incorretas, incompletas, desatualizadas ou apresentar referências inexistentes. Portanto, nenhuma informação gerada por IA deve ser considerada verdadeira ou utilizada diretamente sem avaliação.

É responsabilidade do estudante conferir, analisar e validar as informações utilizando livros, artigos

científicos, protocolos, legislações, diretrizes profissionais e demais referências indicadas pelo docente ou provenientes de fontes acadêmicas e institucionais confiáveis.

Autoria, integridade acadêmica e responsabilidade

O uso da IA não transfere para a ferramenta a responsabilidade pelo trabalho apresentado. O estudante deve compreender o conteúdo produzido, ser capaz de explicá-lo e realizar as adequações necessárias com base nos conhecimentos adquiridos.

Não é permitido utilizar a IA para produzir integralmente uma atividade e apresentá-la como se fosse resultado exclusivo da produção intelectual do estudante, especialmente quando isso comprometer os objetivos de aprendizagem ou configurar prática incompatível com os princípios de integridade acadêmica.

No Curso Técnico em Enfermagem, essa responsabilidade é ainda mais importante: o desenvolvimento do raciocínio clínico, pensamento crítico, tomada de decisão e capacidade de análise é fundamental para a formação profissional e para a prestação de uma assistência segura e qualificada.

Transparência no uso da IA

Sempre que uma ferramenta de IA for utilizada na elaboração de uma atividade, o estudante deverá declarar seu uso ao final do trabalho, informando, de forma objetiva:

- 1) Ferramenta utilizada: nome da ferramenta de IA;
- 2) Finalidade do uso: para que a ferramenta foi utilizada;
- 3) Prompt/comando utilizado: pergunta ou instrução fornecida à ferramenta;
- 4) Forma de utilização: como o conteúdo gerado foi analisado, revisado, adaptado ou incorporado ao trabalho.

Exemplo de declaração:

Declaração de uso de Inteligência Artificial: Para a realização desta atividade, foi utilizada a ferramenta [nome da ferramenta], com a finalidade de [descrever a finalidade]. O comando utilizado foi: “[inserir o prompt]”. O conteúdo gerado foi analisado e conferido pelo estudante com base nas referências científicas indicadas pelo docente, sendo realizadas as adequações necessárias.

Princípio fundamental

A IA deve apoiar a aprendizagem, e não substituir o estudante.

O estudante é o responsável por compreender, avaliar, validar e responder pelo conteúdo apresentado, bem como pela veracidade técnica e científica das informações entregues.

No processo de formação em Enfermagem, o uso consciente da tecnologia deve contribuir para o desenvolvimento da autonomia, do pensamento crítico, do raciocínio clínico e da responsabilidade profissional.

8. BIBLIOGRAFIA

Básica

- REZENDE: Obstericia Fundamental 14 edição 2018.
- Manual SOGIMIG de Ginecologia e Obstetrícia
- FEBRASGO. GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA FEBRASGO. 2ª EDIÇÃO. Autor: Almir Antonio Urbanetz
- REVISTA BRASILEIRA DE ENFERMAGEM. Brasília, DF: Associação Brasileira de Enfermagem, 1945-. Disponível em: [hp://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0034-7167&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0034-7167&nrm=iso). Acesso em: 17 maio 2019.
- BATISTA, G.F. Saúde e gênero: conceito de gênero na produção científica brasileira de saúde e representação de gênero pelos gestores locais da atenção primária / Gláucia de Fátima Batista. – Belo Horizonte, 2014. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/10008/Dissertacao_SC_GlauciadeFatimaBatista.pdf?sequence=2&isAllowed=y. Acesso em 21 set. 2022.
- BRASIL. Política nacional de atenção integral a saúde do homem [recurso eletrônico] / Elza Berger Salema Coelho... [et al] — Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 2018. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_atencao_integral_saude_homem.pdf. Acesso em 21 set. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS Nº 3562, de 12 de Dezembro de 2021 altera o Anexo XII da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) de 28 de setembro de 2017. Brasília, 2021. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2021/prt3562_15_12_2021.html. Acesso em 21 set. 2022.
- BRASIL. Manual para Atendimento às Vítimas de Violência na Rede de Saúde Pública do Distrito Federal/

- Laurez Ferreira Vilela (coordenadora) – Brasília: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, 2008. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_atendimento_vitimas_violencia_saude_publica_DF.pdf. Acesso em 21 set. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013. Disponível em https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em 21 set. 2022.
 - BRASIL. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional/ Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Coordenação de Saúde no Sistema Prisional – 1. Ed – Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 60 p. Disponível em: <http://www.as.saude.ms.gov.br/wp-content/uploads/2016/06/Cartilha-PNAISP.pdf>. Acesso em 21 set. 2022.
 - BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde. Portaria Conjunta nº 10, de 16 de Abril de 2020. Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Tabagismo. Disponível em <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//protocolo-clinico-e-diretrizesterapeuticas-do-tabagismo.pdf> . Acesso em 21 set. 2022.
 - BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2010. 24 p. : il. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_pessoa_com_deficiencia.pdf. Acesso em 21 set. 2022.
 - BRASIL. Estatuto da pessoa com deficiência – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2019. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/554329/estatuto_da_pessoa_com_deficiencia_3ed.pdf. Acesso em 21 set. 2022.
 - BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Saúde da Pessoa Portadora de Deficiência / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_pessoa_deficiencia.pdf. Acesso em 21 set. 2022.
 - BRASIL. Decreto n.º 7.053, de 23 de Dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Diário Oficial da União 24 Dez. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em 21 set. 2022.
 - BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Política Nacional de Saúde Integral da População Negra : uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. – 3. ed. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacao_negra_3d.pdf. Acesso em 21 set. 2022.
 - BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas. - 2ª edição - Brasília: Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde, 2002. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena.pdf. Acesso em 21 set. 2022.
 - BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Guia prático sobre a hanseníase [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. – Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_pratico_hansenise.pdf. Acesso em 21 set. 2022.
 - CONTAGEM. Prefeitura Municipal de Contagem. Secretaria Municipal de Saúde. Diretrizes para o Manejo de Situações de Violência: Intersetorialidade, um desafio a ser consolidado! Contagem, 2022. 62p. Disponível em: <https://www.contagem.mg.gov.br/sms/wp-content/uploads/2022/03/Manual-demanejos-de-situacoes-de-violencia-2022-FINAL-para-publicacao-18-fevereiro-2022.pdf>. Acesso em 21 set. 2022.
 - POPADIUK, G.S.; OLIVEIRA, D.C.; SIGNORELLI, M.C. A Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) e o acesso ao Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS): avanços e desafios. Ciência & Saúde Coletiva, 22(5):1509-1520, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/JVTfd3DqVzN3dPMLPJYLVy/abstract/?lang=pt>. Acesso em 21 set. 2022.
 - RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Saúde. Unidade de Atenção Primária/Secretaria de Atenção Primária, Vigilância e Promoção da Saúde. Superintendência de Atenção Primária. Hanseníase: manejo diagnóstico e terapêutico. 1. ed. Rio de Janeiro: SMS, 2018. 48 p. Disponível em:

https://subpav.org/SAP/protocolos/arquivos/GUIAS_REFERENCIA/guia_de_referencia_rapida_hansenias_e_manejo_diagnostico_e_terapeutico.pdf. Acesso em 21 set. 2022.

- SILVA, M. R.; FAVIERI, G.; CASTILHO, M. A. Estudos dos Padrões de Consumo de Álcool em Multiterritórios por Adolescentes. Rev. Augustus | ISSN: 1981-1896 | Rio de Janeiro | v.28 | n. 55 | out.2021/dez.2021 | p. 162-186. Disponível em: <https://premioaugustomotta.unisuam.edu.br/index.php/revistaaugustus/article/view/84> .

Complementar

- GOMES, R.; MURTA, D.; FACCHINI, R.; MENEGHEL, SN. Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. Ciência & Saúde Coletiva, 23(6):1997-2005, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/rWF4kWq4ShjdXGghXY7BFwt/abstract/?lang=pt>. Acesso em 21 set. 2022.
- SILVA, ACA., et al . Implementação da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI LGBT) no Paraná, Brasil. Interface (Botucatu), Botucatu , v. 24, e190568, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/FFrYJnPRddNv6s69ZbLJgCt/?lang=pt>. Acesso em 21 set. 2022.
- CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Resolução COFEN 537/2017. Conselho Federal de Enfermagem. Resolução COFEN 549/2017. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/resolucao-cofen-no-5372017_50102.html. Acesso em 21 set. 2022.
- FGV. Clínica de Políticas de diversidade da FGV Direito SP. A violência LGBTQIA+ no Brasil. 2020. Disponível em: <https://baptistaluz.com.br/wp-content/uploads/2020/12/B-LUZ-a-violencia-lgbtqia-nobrasil1.pdf>. Acesso em 21 set. 2022.
- SERAFINO, I.; LUZ L.C.X. Políticas para a população adulta em situação de rua: questões para debate. R. Katál., Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 74-85, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/QnBZpPSkC6Zwv6YD6nnTdcq/abstract/?lang=pt>. Acesso em 21 set. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Manual sobre o cuidado à saúde junto a população em situação de rua / Ministério da Saúde.
- Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. – Brasília : Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: http://189.28.128.100/dab/docs/publicacoes/geral/manual_cuidado_populacao_rua.pdf. Acesso em 21 set. 2022.
- PINHEIRO, M.G.C.; SIMPSON, C.A. Preconceito, estigma e exclusão social: trajetória de familiares influenciada pelo tratamento asilar da hanseníase. Rev enferm UERJ, Rio de Janeiro, 2017; 25: e13332. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/13332/21708>. Acesso em 21 set. 2022.
- PINHEIRO, M.G.C.; MIRANDA, F.A.N.; SIMPSON, C.A.; CARVALHO, F.P.B.; ATAIDE, C.A.V.; LIRA, A.L.B.C. Compreendendo a “alta em hanseníase”: uma análise de conceito. Rev Gaúcha Enferm. 2017;38(4):e63290. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rngenf/a/GkVpMDZXcKhXrrfRrPzXN3v/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 21 set. 2022.
- RAMOS, J.M.H.; SOUTO, F.J.D. Incapacidade pós-tratamento em pacientes hansenianos em Várzea Grande, Estado de Mato Grosso. Rev Soc Bras Med Trop. 2010;43(3):293-7. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsbmt/a/8THMSXMkqFXYqbHbbqLHSsw/abstract/?lang=pt>. Acesso em 21 set. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim epidemiológico hanseníase 2020. Secretaria de Vigilância em Saúde | Ministério da Saúde Número Especial | Jan. 2022. Disponível em: https://www.gov.br/saude/pt-br/centraisde-conteudo/publicacoes/boletins/epidemiologicos/especiais/2022/boletim-epidemiologico-de-hansenia-se_-25-01-2022.pdf. Acesso em 21 set. 2022.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global Health Observatory data repository. Number of new Leprosy cases 2021. Disponível em: https://apps.who.int/neglected_diseases/ntddata/leprosy/leprosy.html. Acesso em 21 set. 2022.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. Estratégia Global de Hanseníase 2021-2030. Rumo à zero hanseníase. Disponível em: <https://www.who.int/pt/publications/i/item/9789290228509>. Acesso em 21 set. 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. Estratégia Nacional para Enfrentamento da Hanseníase 2019-2022/Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Doenças de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis – Brasília: Ministério da Saúde, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/aids/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/2020/estrategia-nacionalpara-enfrentamento-da-hansenia-se-2019-2022/view>. Acesso em 21 set. 2022.
- SILVA, J.S.R. et al. Variáveis clínicas associadas ao grau de incapacidade física na hanseníase. Rev Cuid, Bucaramanga, v.10, n.1, e618, 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2216-09732019000100212. Acesso em 21 set. 2022.
- MENDES, A.M.; LEITE, M.S.; LANGDON, E.J.; GRISOTTI, M. O desafio da atenção primária na saúde indígena no Brasil. Rev Panam Salud Publica 42, 2018. Disponível em: <https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/49563/v42e1842018.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

9. **APROVAÇÃO**

Aprovado em reunião do Colegiado realizada em: ____/____/____

Coordenação do Curso de Graduação: _____



Documento assinado eletronicamente por **Noemi Borges Costa, Professor(a) Substituto(a) do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico**, em 11/09/2026, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **7695677** e o código CRC **582E561D**.